



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA

RENATO ALVES DE OLIVEIRA

**Inteligência de dados aplicada à segurança rural: desenvolvimento de ferramenta de
cadastro no sistema Patrulha-GO**

Goiânia
2026



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

RENATO ALVES DE OLIVEIRA

**Inteligência de dados aplicada à segurança rural: desenvolvimento de ferramenta
de cadastro no sistema Patrulha-GO**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Especialista pelo Curso de Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP) pela Secretária de Segurança Pública de Goiás.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Andréa dos Santos Vieira.

**Goiânia
2026**

Inteligência de dados aplicada à segurança rural: desenvolvimento de ferramenta de cadastro no sistema Patrulha-GO

Data intelligence applied to rural security: development of a registration tool in the Patrulha-GO system.

Renato Alves de Oliveira¹
Andréa dos Santos Vieira²

Resumo: A segurança pública depende de informações confiáveis para subsidiar o planejamento operacional das instituições policiais. A aplicação da inteligência de dados com ênfase na obtenção de informações sobre propriedades rurais vem subsidiar o problema decorrente das limitações do modelo atualmente utilizado no sistema Patrulha-GO. Os cadastros das propriedades frequentemente estão incompletos, inconsistentes ou desatualizados, comprometendo a qualidade do banco de dados utilizado na estruturação de estratégias de segurança. O objetivo foi propor incremento no cadastro do sistema Patrulha-GO, que permita a obtenção de dados pelo uso de um módulo de autocadastro dos proprietários rurais. A metodologia de abordagem foi qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentada na pesquisa bibliográfica, documental, com uma profunda análise de dados institucionais relacionados ao funcionamento do sistema Patrulha-GO. O estudo foi conduzido com base no método dedutivo, partindo de fundamentos teóricos sobre gestão da informação, policiamento orientado por evidências e inteligência policial para analisar o modelo atual de cadastro e identificar possibilidades de aprimoramento. Como resultado, propôs-se a criação de um ciclo operacional que contemplará o autocadastro do produtor rural; auditoria das informações por um Centro Integrado; e validação pelo Batalhão Rural, com a entrega da placa de identificação da propriedade. Conclui-se que a automação das etapas de cadastramento no sistema Patrulha-GO pode subsidiar uma base de dados mais íntegra, ampliando a capacidade analítica policial, minimizando o tempo de deslocamento até as ocorrências e otimizando as ações de segurança pública na zona rural.

Palavras-chave: Segurança Pública Rural; Polícia Militar; Georreferenciamento; Inteligência de Dados; Patrulha-GO.

Abstract:

Public safety depends on reliable information to support the operational planning of police institutions. The application of data intelligence, with an emphasis on obtaining information about rural properties, addresses the problem arising from the limitations of the model currently used in the Patrulha-GO system. Property registrations are frequently incomplete, inconsistent, or outdated, compromising the quality of the database used in structuring security strategies. The objective was to propose the development of a registration system in Patrulha-GO that allows data to be obtained through a self-registration module for rural property owners. The methodology was qualitative, exploratory, and descriptive, based on bibliographic and documentary research, with an in-depth analysis of institutional data related to the functioning of the Patrulha-GO system. The study was conducted using the deductive

¹ Discente do Curso de Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESp) pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. e-mail: renatoalves130689@gmail.com.

² Doutora, com Pós-Doutorado em Aerofotogrametria, e professora orientadora no Curso de Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESp) pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. e-mail: dra.andreavieira@gmail.com

method, starting from theoretical foundations on information management, evidence-based policing, and police intelligence to analyze the current registration model and identify possibilities for improvement. As a result, the creation of an operational cycle that will include the self-registration of rural producers was proposed; The information is audited by an Integrated Center; and validated by the Rural Battalion, with the delivery of the property identification plate. It is concluded that automating the registration steps in the Patrulha-GO system can support a more comprehensive database, expanding police analytical capacity, minimizing travel time to incidents, and optimizing public safety actions in rural areas.

Keywords: Rural Public Security; Military Police; Georeferencing; Data Intelligence; Patrol-GO.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da segurança pública em ambientes rurais está intrinsecamente relacionada à capacidade do Estado em obter, gerir e processar dados georreferenciados com precisão. No Estado de Goiás, o Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRURAL) utiliza o aplicativo desenvolvido pela Secretária de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), Patrulha-GO, como ferramenta tecnológica de inserção de dados de propriedades rurais, a fim de monitorá-las e protegê-las.

A eficácia desta tecnologia enfrenta, todavia, um gargalo operacional: o modelo de cadastro atual depende exclusivamente da inserção manual de dados por policiais em serviço, o que gera acúmulo de funções e vulnerabilidade na integridade das informações, visto que as missões são diversas e o efetivo diminuto, logo o cadastramento tende a ser realizado de forma incompleta ou não prioritária (CIOCCOC, 2024)

Vislumbrando como problema de pesquisa a necessidade de melhoria na integridade dos dados e otimização da capacidade operacional do BPMRURAL, temos como hipótese se um módulo de autocadastro supervisionado no sistema Patrulha-GO trazendo descentralização do cadastro reduziria inconsistências informacionais e ampliaria a eficiência do policiamento rural orientado por inteligência.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela importância de discutir mecanismos que possam contribuir para o aprimoramento da gestão de dados no âmbito do Patrulha-GO, especialmente diante da crescente necessidade de integração tecnológica, otimização de recursos públicos e fortalecimento da inteligência policial. Além disso, o estudo aborda aspectos relacionados à proteção e ao tratamento de dados pessoais, considerando os parâmetros estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pela

Constituição Federal, bem como os procedimentos institucionais de auditoria, validação e cautela das informações no âmbito da SSP-GO.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as vantagens da implementação de um módulo de cadastro para o sistema Patrulha-GO, a fim de otimizar a coleta de informações e ampliar a eficiência operacional do BPMRURAL. Nesse sentido, os objetivos específicos incluem a identificação de falhas no modelo vigente, a estruturação de um fluxo de validação remota e a demonstração de como essa ferramenta potencializa o policiamento comunitário rural.

A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, sendo conduzida com base no método dedutivo para analisar como a descentralização da coleta de dados pode contribuir para minimizar as deficiências na obtenção de informações pelo serviço operacional do BPMRURAL. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, institucionais e organizacionais, priorizando a interpretação dos processos e das relações analisadas, em vez da mensuração exclusivamente estatística dos dados. Nesse sentido, o estudo estrutura-se em levantamento bibliográfico, análise documental da arquitetura atual do sistema da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) e proposição de um modelo funcional de cadastro voltado ao produtor rural. Parte-se da hipótese de que tal inovação possa contribuir para a consolidação de um policiamento rural mais eficiente e orientado por evidências em Goiás.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Criminologia rural, territorialidade e segurança pública

A criminalidade no meio rural apresenta dinâmicas próprias que a distinguem daquela observada nos centros urbanos, exigindo estratégias específicas de prevenção e repressão. A baixa densidade demográfica, o isolamento geográfico e as extensas áreas territoriais ampliam vulnerabilidades e dificultam mecanismos formais e informais de controle social, favorecendo a prática delituosa (Donnermeyer; Dekeseredy, 2014).

Ademais, no contexto da segurança rural em Goiás, Sales (2025) destaca que a carência de conectividade nas zonas rurais impõe obstáculos significativos à pronta-resposta policial. A segurança rural contemporânea deve ser analisada sob uma base territorial

multidimensional, considerando que o campo hoje abriga atividades heterogêneas como o agroturismo e a agroindústria.

Essa especificidade demanda abordagem territorial da segurança pública, compreendendo o espaço como elemento estruturante das dinâmicas sociais e criminais. A análise territorial permite identificar as múltiplas dimensões do desenvolvimento rural e seus reflexos na governança da segurança (Oliveira, 2020); Kageyama, 2008). Ademais, o meio rural contemporâneo caracteriza-se pela heterogeneidade funcional, incorporando atividades agroindustriais, turísticas e logísticas, o que amplia a complexidade das políticas públicas voltadas à sua proteção (Belik, 2015).

Sob essa ótica, a formulação de políticas de segurança rural deve articular-se a modelos de governança em rede e coprodução da segurança (Costa, 2023; Ostrom, 1996), alinhando-se ao policiamento orientado por inteligência e ao policiamento baseado em evidências, que pressupõem decisões sustentadas por dados, análise criminal qualificada e avaliação contínua de resultados (Ratcliffe, 2016; Sherman, 2013).

Nesse cenário, o sistema patrulha rural (Patrulha-GO) deve estruturar-se sobre bases informacionais integradas, utilizando geoinformação e análise territorial no planejamento operacional (Câmara; Davis, 2001), em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Brasil, 2018). Sob a perspectiva da ciência policial, a integração entre território, inteligência e evidências constitui condição essencial para o fortalecimento de estratégias adaptadas às singularidades do meio rural (Valente, 2011).

2.2 Policiamento baseado em evidência (PBE), inteligência policial e coprodução da segurança

O Policiamento Baseado em Evidências (PBE) constitui modelo de gestão policial orientado por dados empíricos e avaliação sistemática de resultados. De acordo com Sherman (2013), decisões em segurança pública devem fundamentar-se em pesquisas científicas e diagnósticos concretos, superando modelos baseados exclusivamente na tradição institucional ou na experiência intuitiva.

Sob esse aspecto, Ratcliffe (2016) sustenta que a gestão por inteligência pressupõe coleta qualificada de dados, análise criminal estruturada e direcionamento estratégico de recursos. O policiamento orientado por inteligência desloca o foco da resposta reativa para a prevenção estratégica, priorizando territórios, padrões e fatores de risco identificados por meio de análise sistemática dos dados coletados no sistema Patrulha-GO.

No âmbito da criminologia rural, conforme destacam Donnermeyer e DeKeseredy (2014), as particularidades do meio rural — como isolamento geográfico, dispersão territorial e baixa densidade populacional — exigem modelos de gestão capazes de incorporar informações sobre as nuances de cada propriedade rural. Tais características reforçam a necessidade de ferramentas analíticas que permitam mapear vulnerabilidades e otimizar a alocação de recursos.

No contexto do estado de Goiás, a integração entre PBE e gestão por inteligência apresenta-se como estratégia adequada à complexidade territorial rural. A utilização de bases de dados estruturadas, georreferenciamento e análise espacial possibilita decisões mais racionais e alinhadas às dinâmicas locais. Assim, o PBE aplicado à segurança pública rural representa não apenas inovação metodológica, mas instrumento de aprimoramento da governança policial.

Nesse sentido, a coprodução da segurança pública auxilia na atuação compartilhada entre Estado e sociedade na provisão do bem público segurança. Para Ostrom (1996), a coprodução ocorre quando cidadãos e instituições públicas cooperam na formulação e execução de políticas, ampliando eficiência e legitimidade.

No ambiente rural, entretanto, marcado por dispersão territorial e presença estatal limitada, a cooperação entre forças policiais, produtores e associações locais fortalece fluxos de informação e amplia a capacidade preventiva. Essa dinâmica articula-se à noção de sociedade em rede, desenvolvida por Castells (1999), o qual descreve que a circulação estratégica de informações e a coordenação entre atores são centrais para a governança contemporânea.

2.3. Inteligência de dados, georreferenciamento e proteção informacional

A utilização de sistemas georreferenciados na segurança pública rural demanda não apenas integração tecnológica, mas também mecanismos de controle e proteção de dados. Nesse cenário, a inteligência de segurança pública consiste no processo de transformação de dados brutos em conhecimento estratégico voltado à tomada de decisão.

No policiamento orientado por inteligência, conforme destaca Ratcliffe (2016), a análise criminal deve direcionar prioridades institucionais e otimizar a alocação de recursos. Esse modelo converge com o policiamento baseado em evidências, ao fundamentar decisões em dados sistematizados e avaliação contínua (Sherman, 2013).

A eficácia operacional depende da transformação do dado bruto em inteligência. Atualmente, o modelo de cadastro centralizado gera um paradoxo operacional, pois desvia o militar de sua atividade-fim para tarefas burocráticas. Como destaca Sales (2025, p. 65), o uso de métodos manuais era suscetível a erros críticos em coordenadas geográficas. Ao transferir a inserção inicial ao proprietário — que detém o "domínio do fato" — garante-se uma acurácia superior no sistema de informação geográfica (SIG), reduzindo o tempo de resposta e qualificando a análise criminal.

Noutro giro, a gestão de dados na segurança pública deve observar os parâmetros constitucionais e legais de proteção de direitos fundamentais. No Brasil, a matéria é disciplinada pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), que estabelece princípios e hipóteses de tratamento aplicáveis à administração pública. (Brasil, 2018)

No âmbito policial, a utilização de sistemas de inteligência e bases georreferenciadas exige definição clara de finalidade, controle institucional e proteção das informações coletadas. Assim, a adoção do sistema Patrulha-GO no formato de coprodução, busca-se assegurar a conformidade com o Estado de Direito e com a proteção de dados pessoais, não só pelo armazenamento de informações no banco de dados da SSP-GO, como também pela auditoria (CIO) e validação do BPMRURAL, a fim de otimizar o policiamento ostensivo/preventivo no campo.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou abordagem predominantemente qualitativa, utilizando dados quantitativos institucionais como suporte descritivo, por buscar compreender e analisar não só os processos institucionais relacionados à coleta, organização e utilização de dados estratégicos no âmbito da segurança pública rural, mas também realizar uma análise quantitativa dos dados numéricos do sistema, gráficos, percentuais e indicadores operacionais.

A coleta de dados institucionais foi realizada mediante análise documental do sistema patrulha rural da SSP-GO, considerando registros operacionais referentes ao período de 2022 a 2026. Foram analisados dados relativos ao quantitativo de propriedades cadastradas, auditadas, revisitadas e com inconsistências identificadas durante o processo de validação operacional.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que busca contribuir para a solução de um problema prático identificado no processo de cadastramento de propriedades rurais utilizado pela Polícia Militar de Goiás. Segundo Gil (2019), a pesquisa

aplicada caracteriza-se pela geração de conhecimentos voltados à solução de problemas específicos da realidade prática.

O estudo foi conduzido a partir do método dedutivo, partindo de fundamentos teóricos relacionados à gestão da informação, inteligência policial e policiamento baseado em evidências para analisar o funcionamento do sistema de cadastramento de propriedades rurais e propor aprimoramentos no processo de coleta e organização das informações (Marconi; Lakatos, 2021). Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória permite ampliar a compreensão sobre o problema investigado, possibilitando identificar lacunas no modelo atual de cadastramento de propriedades rurais. Já a pesquisa descritiva busca registrar e analisar as características do sistema existente, descrevendo os fluxos de coleta, auditoria e validação das informações utilizadas no policiamento rural (Gil, 2019).

Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso institucional. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise de livros, artigos científicos e documentos acadêmicos relacionados à criminologia rural, policiamento baseado em evidências, inteligência policial e gestão da segurança pública.

A pesquisa documental envolveu a análise de registros institucionais, relatórios e dados operacionais do sistema Patrulha-GO, permitindo compreender a estrutura atual do cadastramento de propriedades rurais e identificar inconsistências ou lacunas no banco de dados utilizado pelas equipes da Patrulha Rural. Tais procedimentos técnicos são amplamente utilizados na pesquisa científica, sendo caracterizados pela análise de fontes já elaboradas (pesquisa bibliográfica), documentos primários (pesquisa documental) e investigação aprofundada de uma unidade específica (estudo de caso), conforme destacado por Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2021).

O trabalho também se caracteriza como um estudo de caso aplicado ao sistema Patrulha-GO, no qual foi analisado o modelo de cadastramento de propriedades rurais utilizado pela Polícia Militar de Goiás. A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental do sistema, do levantamento de dados institucionais relacionados ao número de propriedades cadastradas, auditadas e revisitadas.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

4.1 Diagnóstico do modelo de coleta atual e gargalos operacionais

A análise do modelo atual de coleta de dados da patrulha rural evidencia que, embora haja esforços institucionais voltados ao cadastramento de propriedades rurais, persistem limitações estruturais que impactam a produção de inteligência estratégica (Ratcliffe, 2016).

Observa-se a predominância de registros orientados à formalização administrativa e à quantificação de propriedades rurais cadastradas, em detrimento da qualidade e completude das informações inseridas no sistema. Tal cenário resulta em cadastros incompletos ou heterogêneos, limitando o potencial de geração de inteligência estratégica a partir das informações coletadas (Sherman, 2013).

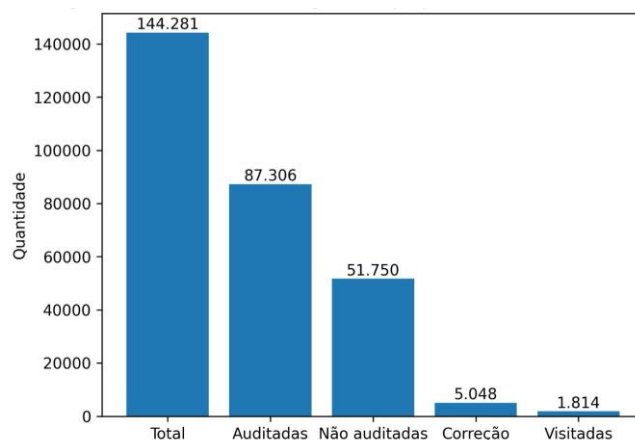
Sob a ótica de Alexandre Saliba Sales, Coronel da Polícia Militar de Goiás e especialista no tema:

Embora parecesse uma tarefa elementar, a missão de cadastrar propriedades rurais sempre foi desafiadora. As zonas rurais, locais de atuação, são naturalmente ermas e, ainda hoje, carecem de tecnologias de comunicação e conexão com sistemas via internet. Essa limitação era ainda mais significativa há três ou cinco anos, vez que o Sistema Patrulha Rural exigia acesso à internet para efetivar o cadastro em seu banco de dados. Nos casos em que o produtor rural compartilhava sua internet com os policiais, o cadastramento tornava-se mais ágil, permitindo o registro imediato das informações diretamente no sistema Patrulha Rural (software). (Sales, 2025, p. 65)

Ademais, o cadastro tende a restringir-se a informações básicas — como registro de apenas um morador e imagens da residência, resultando na ausência de informações sobre elementos patrimoniais relevantes, tais como identificação de rebanhos, animais de alto valor, maquinário agrícola e outros bens suscetíveis à ação criminosa.

Dessa maneira, o diagnóstico indica que o modelo atual apresenta potencial operacional relevante, porém carece de maior sistematização, integração tecnológica e padronização metodológica para converter dados operacionais em conhecimento aplicável à prevenção da criminalidade rural, como pode ser verificado por uma análise quantitativa do banco de dados do sistema Patrulha Rural:

Figura 1 – Panorama das propriedades rurais (2022 a 2026)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do sistema Patrulha Rural / SSP-GO (2026).

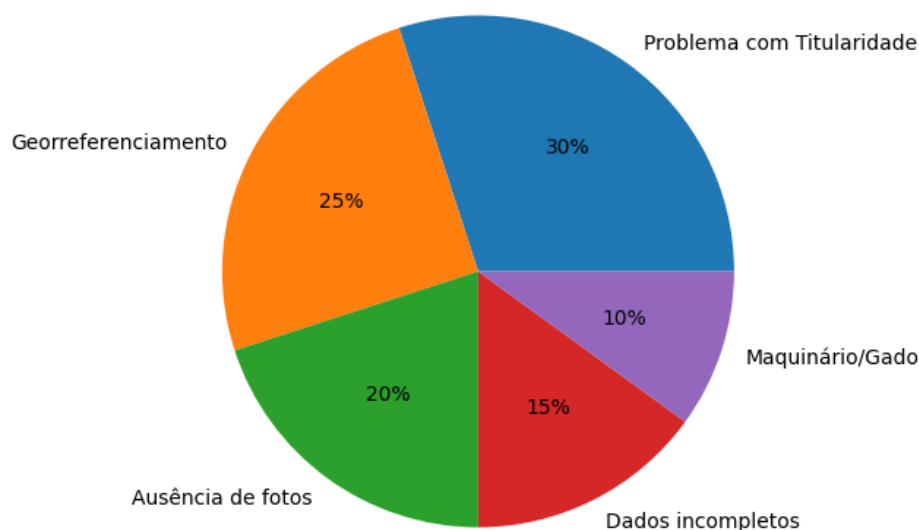
A análise do sistema Patrulha Rural, localizado na plataforma de Sistemas Integrados do Governo de Goiás (<https://sistemas.ssp.go.gov.br>), evidencia o panorama do cadastramento de propriedades rurais no período de 2022 a 2026, conforme apresentado na Figura 1. Observa-se que o sistema registra 144.281 propriedades cadastradas, das quais 87.306 passaram por auditoria, enquanto 51.750 ainda aguardam verificação.

Entre os cadastros auditados pelo CIOC/COC, 5.048 propriedades apresentaram inconsistências, demandando retrabalho por parte das equipes operacionais, que precisam realizar novas visitas às propriedades para correção das informações inicialmente registradas. Observa-se ainda que, no universo de 6.862 propriedades que precisavam de retorno de equipe do BPMRURAL, apenas 1.814 foram efetivamente visitadas em campo para retificação de dados inseridos de forma incorreta no cadastro inicial, evidenciando limitações operacionais no primeiro registro da propriedade rural.

Esses dados indicam que, embora a base cadastral possua ampla abrangência, ainda existem desafios relacionados à validação e à qualidade das informações registradas, aspecto que pode limitar a utilização plena do sistema como ferramenta de inteligência estratégica.

Nesse contexto, a análise das auditorias realizadas entre 2024 e 2026 permitiu identificar os principais gargalos presentes nos cadastros de propriedades rurais, consoante demonstrado na figura abaixo:

Figura 2 – Principais gargalos identificados nas auditorias (2024 a 2026)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do sistema Patrulha Rural / SSP-GO (2026).

As inconsistências mais recorrentes concentram-se na identificação e qualificação de pessoas vinculadas à propriedade (30%), seguidas por erros de georreferenciamento (25%) e ausência de registros fotográficos da propriedade ou da atividade rural (20%). Também foram observados cadastros incompletos (15%) e ausência de informações sobre maquinários, rebanhos ou bens patrimoniais relevantes (10%).

Esses resultados evidenciam fragilidades na padronização e na completude das informações coletadas, limitando o potencial não só do aplicativo Patrulha-GO, como também do próprio sistema Patrulha Rural como tecnologia de planejamento de segurança rural. Nesse contexto, a padronização dos campos cadastrais e a introdução de mecanismos de autocadastro supervisionado podem contribuir significativamente para reduzir essas lacunas informacionais.

4.2 Desenvolvimento da interface de cadastro estratégico

A superação dos problemas identificados demanda o aperfeiçoamento do modelo de coleta de dados por meio do desenvolvimento de uma interface de cadastro voltada à produção de inteligência aplicada. A proposta consiste na coprodução dos campos informacionais do aplicativo Patrulha-GO, com padronização e obrigatoriedade de variáveis essenciais à análise criminal rural, conforme layout disponibilizado para o produtor rural:

Figura 3 – Interface do aplicativo Patrulha GO



Fonte: Elaboração própria a partir de capturas de tela do aplicativo Patrulha GO – BPMRURAL (2026).

Essa interface estratégica deve prever, de forma obrigatória, além da identificação básica da propriedade, do proprietário e dos funcionários vinculados, o registro estruturado de variáveis relevantes à avaliação de risco, a saber: informações patrimoniais, operacionais e territoriais relevantes à análise criminal.

A sistematização dessas informações permitirá a formação de um banco de dados padronizado e confiável, apto a subsidiar a produção de inteligência estratégica e o planejamento operacional (Ratcliffe, 2016). Nesse contexto, a integração do cadastro a ferramentas de georreferenciamento, viabilizando a análise espacial e a identificação de padrões territoriais é primordial e obrigatória, porquanto é medida estruturante (Câmara; Davis, 2001). Assim, o desenvolvimento deste módulo de cadastro compartilhado com o homem do campo configura medida estruturante para transformar registros administrativos em instrumento efetivo de gestão baseada em evidências no contexto da segurança pública rural.

4.3. Fluxo de auditoria (CIOc) e validação operacional (BPMRURAL)

A consolidação de um modelo de cadastro estratégico exige a implementação de mecanismo de auditoria e validação contínua das informações inseridas no sistema. Nesse sentido, propõe-se a estruturação de fluxo integrado entre o Centro Integrado de Operações de Cerrado (CIOc) e o Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRURAL), com atribuições complementares no monitoramento e na qualificação dos dados compartilhados pelo proprietário rural via aplicativo Patrulha-GO, conforme estruturação da plataforma abaixo:

Figura 4 – Plataforma de solicitação de cadastros

	Data ↑↓	Município ↑↓	CIA ↑↓	Situação ↑↓	Nº de placa ↑↓	Solicitante ↑↓	Telefone ↑↓	Lat / Long ↑↓	Ações
✓	05/12/2025 (93 dias)	Abadia de Goiás	1º PELOTÃO DA 1ª CIA	Não cadastrada		Geová Coelho Ribeiro	(62) 9 8239- 9986	-16.744160,-49.418911	

Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do sistema Patrulha Rural / SSP-GO (2026).

Ao CIOC competiria a auditoria técnica das informações cadastradas, com a finalidade de verificar a consistência, a completude e a padronização dos registros inseridos no sistema. Esse procedimento permitiria identificar inconsistências, cadastros incompletos e eventuais falhas no preenchimento dos campos obrigatórios, assegurando maior confiabilidade à base de dados.

Após a conferência inicial das informações inseridas pelo proprietário rural, caberia ao BPMRURAL realizar a validação operacional por meio de visita à propriedade, verificando in loco a correspondência entre os dados cadastrados e a realidade observada. Confirmadas as informações, seria realizada a entrega da placa de identificação numerada ao produtor rural, seguida da inserção do respectivo número da propriedade no sistema. A retroalimentação contínua entre auditoria técnica e validação operacional favorece a manutenção de banco de dados dinâmico e atualizado, compatível com o Policiamento Baseado em Evidências (Sherman, 2013).

Concluído esse processo de validação, o cadastro passaria automaticamente para o status validado no sistema, identificado pela alteração da tela de cadastro para a cor verde e mudança da figura de exclamação para uma casa (canto inferior direito), indicando o encerramento do ciclo de auditoria e validação operacional, conforme ilustração abaixo:

Figura 5 – Plataforma de solicitação de cadastros

	Data ↑↓	Município ↑↓	CIA ↑↓	Situação ↑↓	Nº de placa ↑↓	Solicitante ↑↓	Telefone ↑↓	Lat / Long ↑↓	Ações
✓	20/02/2025 (381 dias)	Abadia de Goiás	1º PELOTÃO DA 1ª CIA	Cadastrada	124	José Pedro Ferreira Neto	(62) 9 8401-6286	-16.782511,-49.480931	

Fonte: Elaboração própria a partir de captura de tela do sistema Patrulha Rural / SSP-GO (2026).

A interação desburocratizada com a comunidade local amplia o fluxo de informações qualificadas, favorecendo a identificação precoce de riscos e vulnerabilidades, em consonância com o modelo de coprodução da segurança pública (Ostrom, 1996).

Esse fluxo integrado fortalece a governança institucional do sistema, estabelece responsabilidades definidas e reduz assimetrias informacionais, permitindo que o cadastro deixe de ser mero instrumento administrativo e se consolide como ferramenta efetiva de produção de conhecimento aplicável à prevenção da criminalidade rural.

4.4. Impactos esperados: acurácia, domínio do fato e eficiência tática

A implementação do módulo de autocadastro no sistema Patrulha-GO projeta impactos estruturantes para a segurança pública rural em Goiás. Considerando que 5.048 propriedades demandaram retrabalho operacional entre 2022 e 2026, observa-se potencial redução significativa de deslocamentos, consumo de combustível e horas de serviço policial com a adoção do autocadastro supervisionado.

No que se refere à acurácia dos dados, a descentralização da inserção inicial das informações permite que o próprio proprietário rural — detentor direto das características territoriais, patrimoniais e logísticas da propriedade — registre dados com maior precisão geoespacial. Conforme salientam Câmara e Davis (2001), a confiabilidade de um sistema de informação geográfica (SIG) depende da qualidade da coleta primária.

Nesse contexto, ao reduzir a intermediação operacional e a sobrecarga do policial militar, mitiga-se a ocorrência de erros decorrentes de fadiga, pressa ou múltiplas demandas de serviço. O resultado esperado é uma base de dados mais íntegra, padronizada e auditável, apta a subsidiar decisões estratégicas fundamentadas em evidências, conforme preconiza Sherman (2013).

No tocante ao domínio do fato, a proposta fortalece a lógica da coprodução de serviços públicos descrita por Ostrom (1996), na qual o cidadão participa ativamente da construção do serviço estatal, consoante representação abaixo:

Figura 6 – Organograma do fluxo operacional ideal



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do sistema Patrulha Rural / SSP-GO (2026).

O produtor rural, ao inserir informações detalhadas sobre a propriedade, funcionários, SIG exato, imagens de acessos, imagens de pontos vulneráveis, cadastro de maquinários, registro da marca do gado, registro de animais de alto valor entre outras informações que julgar relevantes, contribui para a formação de um conhecimento territorial qualificado, que posteriormente será auditado pelo CIOc e validado presencialmente pelo BPMRURAL.

Quanto à eficiência tática, os impactos projetados concentram-se na redução do tempo-resposta e na otimização da alocação de recursos. Ratcliffe (2016) sustenta que o policiamento orientado por inteligência depende de dados estruturados capazes de identificar padrões e vulnerabilidades.

Ademais, a integração entre autocadastro, auditoria remota pelo CIOC e validação presencial cria um ciclo contínuo de retroalimentação informacional, alinhado à concepção de inteligência policial defendida por Valente (2011), na qual dado, análise e ação formam um sistema interdependente. Esse fluxo fortalece a capacidade preditiva da instituição, permitindo não apenas respostas mais rápidas, mas também planejamento preventivo mais eficaz.

Em síntese, os impactos esperados transcendem a mera modernização tecnológica. A ferramenta projeta a consolidação de um ecossistema informacional rural baseado em precisão geográfica, participação comunitária e governança orientada por evidências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste estudo evidenciou, de forma mais aprofundada, que a evolução da segurança pública rural está diretamente vinculada à qualidade da gestão da informação. Ao longo do processo de pesquisa, verifica-se que a eficácia operacional do BPMRURAL não depende apenas de efetivo ou de presença ostensiva, mas sobretudo da capacidade institucional de produzir, validar e transformar dados em inteligência estratégica.

A proposição do módulo de autocadastro no sistema Patrulha-GO permitiu identificar que mudanças estruturais na coleta e validação das informações podem contribuir para o fortalecimento da governança da segurança rural.

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a viabilidade da implementação de módulo de autocadastro estratégico capaz de otimizar a coleta de dados e ampliar a eficiência operacional do BPMRURAL. Os resultados alcançados demonstram que a descentralização da inserção inicial de dados, sob auditoria do CIOC e validação presencial da unidade operacional, configura alternativa viável para superar o paradoxo operacional identificado na problematização.

Ao identificar as falhas do modelo vigente, estruturar o fluxo de auditoria e validação e demonstrar a ampliação do potencial de inteligência policial, o estudo confirmou a hipótese de que a modernização do cadastro não apenas qualifica a base de dados, mas também fortalece o policiamento comunitário rural.

No plano teórico, a pesquisa evidenciou a convergência entre os fundamentos do policiamento baseado em evidências, da gestão orientada por inteligência e do modelo de coprodução de serviços públicos. A análise bibliográfica demonstrou que já existe um corpo teórico consolidado sobre governança pública, inteligência policial e gestão por evidências. O

desenvolvimento do trabalho revelou, todavia, uma lacuna recorrente entre o planejamento institucional e sua aplicação prática.

No caso analisado, o ordenamento jurídico — especialmente a Constituição Federal e a LGPD — já oferece diretrizes suficientes para a proteção e o tratamento adequado das informações. O desafio, portanto, não reside na ausência normativa, mas na fragilidade dos mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas.

A proposta do módulo de autocadastro estratégico demonstra que a inovação na segurança pública não exige necessariamente grandes reformas estruturais, mas sim ajustes inteligentes nos fluxos operacionais e na gestão da informação. Ao transferir a etapa inicial de inserção de dados ao produtor rural — detentor do conhecimento territorial imediato — e manter o controle institucional por meio da auditoria e validação policial, consolida-se um modelo que integra participação social, segurança jurídica e eficiência tática. Tal dinâmica reforça a coprodução da segurança e fortalece os vínculos comunitários, elemento essencial no contexto rural.

Além disso, o estudo permitiu compreender que a inteligência de segurança pública deve ser concebida como ciclo contínuo, no qual dado, análise e decisão se retroalimentam. Um banco de dados georreferenciado íntegro não apenas reduz o tempo-resposta, mas possibilita planejamento preventivo e alocação estratégica de recursos. Assim, o Patrulha-GO deixa de ser apenas ferramenta de registro e passa a assumir papel estruturante na consolidação de um policiamento rural preditivo.

Como contribuição prática, o trabalho oferece subsídios técnicos para a modernização do sistema Patrulha-GO, especialmente por meio da proposição de um módulo de autocadastro supervisionado, da padronização dos campos informacionais, da implementação de fluxo integrado entre auditoria técnica (CIO) e validação operacional (BPMRURAL), bem como da utilização de dados georreferenciados voltados ao planejamento das ações policiais. No campo acadêmico, amplia o debate sobre a obtenção qualitativa de dados aplicada à inteligência em segurança rural. No âmbito institucional, reforça a necessidade de alinhamento entre tecnologia, governança de dados e planejamento estratégico.

Por fim, apontam-se como caminhos para investigações futuras a avaliação empírica do impacto do módulo após sua implementação, a análise comparativa com modelos de policiamento rural em outras unidades federativas e o aprofundamento dos estudos sobre governança de dados e proteção informacional no contexto da segurança pública. A

consolidação de um sistema auditável, integrado e baseado em evidências representa não apenas inovação tecnológica, mas avanço referencial na gestão da segurança rural em Goiás.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 9-30, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/JDwvZQMWjMJGBL99hjyTW6F/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BOULTON, Laura; PHYTHIAN, Rebecca; KIRBY, Stuart; DAWSON, Ian. Taking an Evidence-Based Approach to Evidence-Based Policing Research. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, s. l., v. 15, n. 2, p. 11–29, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.> Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Políticas de Segurança Pública: Pensando a Segurança**. Brasília, DF: Senasp, v. 3, 2013.

CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São Paulo: INPE, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, Arthur Trindade M. **Segurança pública, redes e governança**. Brasília, DF: Editora UnB, 2023.

COSTA, Leon Denis. **Policiamento rural: patrulhas rurais comunitárias**. Goiânia, PMGO, 2016.

DONNERMEYER, Joseph; DEKESEREDY, Walter. **Rural Criminology**. London: Routledge, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. Lei nº 19.907, de 14 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Rurais (DERCR). **Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 18 dez. 2017.

GOIÁS. Lei nº 20.488, de 07 de junho de 2019. Dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, do Batalhão que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 10 jun. 2019.

GOIÁS. Lei nº 22.514, de 28 de dezembro de 2023. Institui o Dia Estadual do Batalhão Rural da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Suplemento do Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 28 dez. 2023.

GOIÁS. Polícia Militar. Portaria nº 031/2007 - PM1. Cria o serviço de coordenação da Patrulha Rural. **Boletim Geral Eletrônico**, Goiânia, n. 64, p. 5-6, 2007.

GOIÁS. Polícia Militar. Portaria nº 12.020/2019 - PM. Ativa e instala o Batalhão de Polícia Militar Rural (BPMRural) e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico**, Goiânia, n. 112, p. 191-192, 2019.

GOIÁS. Polícia Militar. Portaria nº 14.571, de 07 de abril de 2021. Ativa e instala o Comando de Operações de Cerrado (COC) e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico**, Goiânia, 2021.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Versão 4. Goiânia: PMGO, 2024. Disponível em: <https://sisopm.pm.go.gov.br/download.php>. Acesso em 19 fev. 2026.

GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Portaria nº 425/2016/SSPAP**. Institui a plataforma de sistemas integrados (PSI) no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária. Goiânia: SSPAP, 2016.

GONÇALVES, Joannisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 4. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (IBSP). **Policiamento Baseado em Evidências**. [S. l.]: IBSP, 2017. Disponível em: 02-ISP-Policiamento-Baseado-em-Evidências.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KOPITTKKE, Alberto. **Segurança Pública Baseada em Evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo**. Porto Alegre: [s. n.], 2019.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Marco Aurélio de. Segurança pública e território: o desenvolvimento rural em múltiplas dimensões. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 2, p. 238-262, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr>. Acesso em: 13 fev. 2026.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Rio de Janeiro: MH Comunicação, 1994.

OSTROM, Elinor. Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergie, and Development. **World Development**, [S. l.], v. 24, n. 6, p. 1073-1087, 1996.

RATCLIFFE, Jerry. **Intelligence-led policing**. 2. ed. London: Routledge, 2016.

GENENA, Samia Kamal; CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. O papel da inteligência no enfrentamento ao crime organizado: a experiência recente do Estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 02-11, 2014.

SALES, Alexandre Saliba. **Batalhão de Polícia Militar Rural**: um case de sucesso da segurança pública em Goiás. Goiânia: ALCAM-ASSOF, 2025.

SHERMAN, Lawrence W. The Rise of Evidence-Based Policing: Targeting, Testing and Tracking. **Crime and Justice**, Chicago, v. 42, n. 1, p. 377-451, 2013.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Considerações sobre a Economia do Crime no Brasil: um sumário de 10 anos de pesquisa. **Economic Analysis of Law Review**, v. 1, n. 2, p. 318-336, 2010.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. A Ciência Policial na Sociedade Tardo-Moderna como fundamento do Estado de direito democrático. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 47-63, 2011.